

MÁFIA DOS CONCURSOS / Policiais cumpriram 25 mandados de busca e apreensão em endereços ligados a suspeitos de terem comprado a aprovação em certames que ocorreram entre 2015 e 2017. Valor da vaga chegava a R\$ 120 mil

Esquema de fraude DURA 16 ANOS

» DARCIANNE DIOGO

Dezesseis anos depois de uma ação policial que expôs a existência de uma organização criminosa voltada à fraude em concursos públicos no Distrito Federal, outra investigação da Polícia Civil (PCDF) revela que o esquema de venda de vagas em órgãos públicos continua. Apontado como o chefe do conchavo, o ex-servidor do Tribunal de Justiça (TJDFT) Hélio Garcia Ortiz, preso em agosto de 2017, liderou golpes em certames do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), do Ministério Público da União (MPU), da Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério das Cidades. Na manhã de ontem, servidores dos respectivos órgãos foram alvos da oitava fase da operação Panoptes, desencadeada pela Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (Draco).

Mais de 125 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães, cumpriram 25 mandados de busca e apreensão, sendo 21 no DF — Guará, Vicente Pires, Ceilândia, Gama, Asa Sul, Asa Norte, Brazlândia, Águas Claras, Sudoeste, Itapua. Outros quatro ocorreram no Ceará, em Minas Gerais e em Goiás, onde alguns dos servidores se encontram lotados em órgãos federais. Durante as buscas, os policiais apreenderam documentos e equipamentos eletrônicos, que serão cruciais para a apuração.

As investigações indicam que os servidores alvos dessa 8ª fase da operação Panoptes teriam ingressado nos quadros das instituições em concursos promovidos entre 2015 e 2017. O custo para garantir um posto em órgão público era alto: os candidatos desembolsavam até R\$ 120 mil. Os valores pagos eram, em média, cerca de 20 vezes o salário que eles receberiam ao tomar posse, explica o delegado à frente do caso, Adriano Valente, chefe da Draco. Aqueles que pagavam pelas vagas preenchiam três ou quatro questões da prova, deixavam as outras perguntas sem respostas e entregavam a avaliação. Integrante da organização criminosa, um funcionário da banca infiltrado marca-va o restante das respostas de acordo com o gabarito correto.

Divisão

A quadrilha se dividia em núcleos e era comandada por Hélio Ortiz, condenado a 14 anos, 5 meses e 22 dias de prisão pela Justiça do DF por participação em um esquema ilegal de fraudes em concursos, incluindo os do INSS, Antaq, DPU e do Ministério das Cidades.

Segundo o delegado, os integrantes atuavam de forma setorializada: havia os que executavam, os que coordenavam o esquema, incluindo Ortiz, e os que aliciavam os candidatos. “Esses membros da Máfia dos Concursos ficavam em porta de cursinhos e bibliotecas, prestando atenção em pessoas que estavam prestando concursos. Eles se aproximavam, começavam a conversar e, muitas das vezes, convenciam esses concurseiros a pagarem pela vaga”, detalha Adriano Valente.

Desde o final de 2016, quando as investigações da operação Panoptes começaram, a Decor identificou mais de 100 candidatos que burlaram as regras e pagaram pela

PCDF/Divulgação



Operação Panoptes começou em 2017, como desdobramento de uma ação ocorrida em 2005. Até o momento, foram identificados 100 candidatos beneficiados pelo esquema

ED ALVES/CB/D.A.Press



Temos atuado preventivamente. Alguns concursos, a gente acompanhou durante a realização”

Adriano Valente,
chefe de Draco

aprovação e uma vasta quantidade de fraudes nos mais diversos concursos públicos. “Tem previsão de aparecer mais órgãos, mais servidores pela mesma organização criminosa ou outras, pois identificamos mais grupos que atuam de forma semelhante”, frisa o delegado Adriana Valente.

As três primeiras fases da operação Panoptes, deflagradas a partir de 2016, foram responsáveis pela prisão dos membros do grupo que executava as fraudes, entre eles um funcionário de banca examinadora, os quais foram condenados pela Justiça por integrar organização criminosa. As fases seguintes buscaram identificar e indiciar servidores que conseguiram ingressar no serviço público por meio de compra de vagas. Até o momento, foram investigados concursos das secretarias de Saúde e de Educação do DF, do

Quem é Hélio Ortiz?

Hélio Ortiz é apontado como líder de esquemas dedicados à fraude de concursos públicos há décadas. Natural de Cáceres (MT), ele acumula 10 passagens pela polícia. Enquadrado institucionalmente por improbidade administrativa, lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional. Após a deflagração da Operação Galileu, em 2005, Ortiz foi desligado do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT), onde era servidor desde 4 de maio de 1984. Em 2017, Ortiz, o filho Bruno de Castro Garcia Ortiz, Johann Gutemberg dos Santos e Rafael

Rodrigues da Silva Matias foram sentenciados pela participação em esquema ilegal de fraudes em concursos. Em nota enviada ao Correio ontem, o advogado de Ortiz, Hélio Júnior, afirma que o acusado está cumprindo todas as determinações e penas judiciais impostas e que se compromete a comparecer a todas as intimações judiciais. Destaca, ainda, que as acusações são antigas e que merecem uma análise com cautela e atenção. Por fim, ressalta que Ortiz cumpriu a maior parte da pena em regime fechado e semiaberto, e, no momento, encontra-se em regime aberto.

Reprodução/CB/D.A.Press



Linha do tempo — Operação Panoptes

- 1º fase:** deflagrada em agosto de 2017. Cumpriu mandados de prisão contra Hélio Garcia Ortiz, o filho dele Bruno de Castro Garcia Ortiz, Johann Gutemberg dos Santos e Rafael Rodrigues da Silva Matias. Todos foram acusados de liderar e coordenar o esquema de fraude em concursos.
- 2º fase:** deflagrada em outubro de 2017. Teve oito alvos, entre eles, o delegado aposentado da Polícia Civil e ex-coordenador da Polícia Legislativa da Câmara Legislativa Mário Gomes da Nóbrega, o ex-funcionário do Cebraspe Ricardo Silva e Antônio Filho.

3º fase: deflagrada em março de 2018. Prendeu temporariamente nove professores e técnicos em apoio administrativo da Secretaria de Educação.

4º fase: deflagrada em dezembro de 2018. Cumpriu 13 mandados de busca e apreensão em endereços relacionados a 10 suspeitos de fraudarem concurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

5º fase: deflagrada em julho de 2020. Cumpriu quatro mandados de prisão, sendo uma preventiva e três temporárias, e três mandados de busca e apreensão. Os alvos foram um

dos membros da organização criminosa responsável por aliciar candidatos, a irmã dele, um técnico judiciário do MPU e uma monitora da Secretaria de Educação.

6º fase: deflagrada em maio de 2021. Prendeu um militar do Corpo de Bombeiros suspeito de pagar R\$ 40 mil.

7º fase: deflagrada em maio de 2021. Cumpriu sete mandados de prisão temporária e sete de busca e apreensão expedidos em desfavor de quatro servidores da Secretaria de Saúde e outros três suspeitos de envolvimento na trama criminosa.